

GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E A ESTRATÉGIA DO PODER: OS JOGOS NÃO ESTÃO FEITOS¹

*Eurico de Lima Figueiredo*²

A ordem internacional vigente e os seus defensores consideram, aberta ou subliminarmente, que seus adversários estão na contramão da História. Na verdade, há bem pouco tempo, eram tão fortes e poderosos que pareciam incontrastáveis no âmbito dos meios de comunicação e, por que não dizer, das próprias universidades, principalmente naquelas situadas no chamado primeiro mundo. O autor desta breve intervenção não se alinha, nem nunca se alinhou entre eles. Sente-se, desse modo, muito confortável nesse convite à reflexão sobre os processos não-hegemônicos e, em consequência, sobre os impasses da globalização e da regionalização.

Firmado o preliminar, os comentários que se seguem terão, em um primeiro momento, um caráter retrospectivo. Procura-se recuperar, com preocupação de síntese, alguns aspectos considerados centrais em relação às noções de globalização, neoliberalismo e estratégia. Entretanto, previna-se de antemão que, a fim de se poder contar com a clareza dos conceitos propostos, arriscar-se-á a cair em uma espécie de ranço pedagógico, entediado talvez para o especialista, mas oportuno para o devido lastro da linha de argumentação. Em seguida, tentar-se-á apreender aqueles três fenômenos em seu conjunto, a partir da perspectiva do presente de um "país monstro" como o Brasil³.

Com preocupações projetivas, objetivar-se-á propor, indicativamente, algumas condições que, de um ponto de vista das regiões periféricas do sul, poderão levar à mudança da atual situação internacional que se organiza, na atualidade, e, no fundamental, em torno da presença unipolar norte-americana.

¹Texto redigido pelo autor a partir de sua intervenção na mesa sete "Implicações estratégicas e comerciais no cenário mundial" do *Seminário Internacional Hegemonia e Contra-Hegemonia: os Impasses da Globalização e os Processos da Regionalização*, realizado no Hotel Glória, Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2003.

²Foi Chefe do Departamento de Ciência Política da UFF. Desde 2006 é Coordenador do PPGCP e do PPGEST. Coordenador-Executivo do Núcleo de Estudos Estratégicos –NEST/UFF.

³Segundo George F. Kennan, no mundo existem apenas cinco "países-monstros" ("*monster countries*"): Estados Unidos, Rússia, China, Índia e Brasil. Para ele, esses países reúnem vantagens comparativas naturais (população, território e recursos naturais) necessárias à manutenção de uma economia avançada e diversificada.

Primeiro momento: globalização, neoliberalismo e estratégia

1. O processo de globalização

Se o universo é ou não infinito, esta é uma questão que ainda não foi resolvida pela sofisticada Física de nossos tempos. Mas, no plano da história dos homens, sabe-se que os impérios, ao contrário dos diamantes, não são eternos. A comparação entre os dois reinos - o da natureza e o da história - parece caber quando os arautos da ordem internacional vigente cultivam a ideia da sua perenidade, *naturalizando* a história do capitalismo.

Cabe retomar, muito brevemente, uma tese tão importante quanto fecunda. Segundo ela, o ciclo capitalista sob a égide norte-americana se constituiu por volta de 1870 e se estendeu pelo "*longo século XX*", tendo agora, portanto, mais de 130 anos. Tal ciclo teria sido precedido por outros: o de Génova (do século XV ao século XVII), o da Holanda (do século XVI até a maior parte do XVIII) e o da Inglaterra (de meados do século XVIII até o terço final do século XIX, quando se iniciou a etapa norte-americana). Como há escassa margem para aumentos de escala, como no passado, especula-se se a situação econômica mundial, que tem o seu centro energético nos Estados Unidos, estaria alcançando seus limites estruturais máximos, depois de um processo de expansão capitalista que tem durado cerca de cinco séculos (Arrighi: 1996, pp.337-371). Certo, a tese desse sociólogo ítalo-norte-americano se opõe ao que postulam outros analistas, como, por exemplo, Eric Hobsbawn (1994), no que diz respeito à durabilidade do século. O historiador britânico propõe que o século inicia-se, quando se atenta para suas características constitutivas, com a Primeira Guerra Mundial, em 1914, e termina com o desmantelamento da União Soviética, em 1991. Segundo tal compreensão, teria sido o século passado, portanto, um século breve, com apenas 77 anos. Entretanto, pode-se supor que ambos, no fundamental, compartilham da compreensão de que o sistema capitalista iniciou-se, desenvolveu-se e se consolidou como e enquanto um processo engendrado pela ação de forças e condições sociais identificáveis. Formado a partir de certas circunstâncias historicamente dadas, estará fadado, também, tal como aconteceu com todos os processos histórico-sociais de grande porte e magnitude que lhe antecederam, a experimentar sua própria superação.

A lógica capitalista em marcha, desde os seus primórdios, tem tido como uma das suas principais características, precisamente, a lógica de sua expansão. Pondo por terra a ordem milenar feudal, a nova classe burguesa foi revolucionando o mundo no seu horizonte, destruindo a antiga ordem e, ao longo de desdobramentos tão gradativos quanto contínuos, construindo os pilares da nova. Dentro desta perspectiva o *processo global contemporâneo nada mais é do que a sequência recente de um périplo que vem de longe*. As grandes navegações, iniciadas no final do século XV e no início do XVI, se constituíram, por exemplo, e nessa linha de explanação, tão somente em um iniciante processo mundial de irradiação económica, política e ideológica. A Escola de Sagres em Portugal foi, nessa época, e nessas circunstâncias, o mais notável centro de pesquisas do mundo, assim como o Cabo Canaveral, no século passado, se firmou, até os dias que correm, como o maior núcleo de pesquisa espacial do mundo. Um e outro centro, não obstante tão distantes no tempo histórico um do outro, são emblemáticos no que diz respeito à capacidade de propagação capitalista, um em relação ao espaço marítimo, o outro em relação ao próprio espaço sideral. A expansão burguesa, entretanto, não se deu, desde os seus primórdios, somente "para fora". Ao contrário deu-se, e de *modo principal*, "para dentro" do continente europeu, percorrendo longo e gradativo processo de conquista da *hegemonia* nos países onde ela mais fortemente foi se estabelecendo⁴. No bojo de tal processo foi modelar o caso inglês, mas não só ele. E mais ainda: as duas frentes de expansão (a "para dentro" e a "para fora") não podem ser compreendidas de modo linear e/ou estanque: formaram um complexo e interfecundante processo de desenvolvimento. Essas frentes foram, às vezes, coetâneas; outras não. Em certos momentos, um dado tipo de desenvolvimento (por exemplo, o "para dentro") girou em torno de centros de energia econômica de seu país; em outros, predominou outro tipo (por exemplo, o "para fora"). Seja lá como, entretanto, ao longo da linha do tempo histórico, a expansão capitalista não perdeu fôlego. De maneira exemplar, esses desdobramentos ocorreram entre as primeiras e mais poderosas nações europeias.

São clássicas as reflexões marxistas sobre tal processo, como chama a atenção o atento sociólogo brasileiro:

⁴Entende-se por hegemonia, na acepção de Gramsci, a capacidade da classe dominante, ou frações dela, segundo um arco de alianças organicamente estabelecido, forjar e impor seu projeto de dominação intelectual e moral face a uma dada sociedade.

*“(...) a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países (...) Em lugar das velhas necessidades, satisfeitas pela produção nacional, surgem necessidades novas que, para serem saciadas, exigem os produtos das terras e dos climas mais distantes. Em lugar da antiga auto-suficiência e do antigo isolamento local e nacional, desenvolve-se em todas as direções um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isso tanto na produção material quanto na produção intelectual... e das numerosas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura mundial”*⁵

No seu caminho moderno e modernizador, a burguesia inventou e pôs em prática processos, elementos, funções e estruturas sociais adequados ao controle dos sistemas produtivos e suas expressões político-ideológicas. Forjou uma nova "mentalidade" ou "espírito" compatível com a prática capitalista, caracterizada principalmente pela *racionalidade* de sua ação⁶. Um autor tão importante como Max Weber, e tão distante da compreensão marxista, não deixou de reconhecer as condições de existência do capitalismo na formação da sociedade empresarial contemporânea:

*“Existe capitalismo onde quer que se realize a satisfação da necessidade de um grupo humano com caráter lucrativo e por meio de empresas, qualquer que seja a necessidade que se trate. Em especial dizemos que uma exploração racionalmente capitalista é uma exploração com contabilidade de capital, é uma ordem administrativa por meio da contabilidade moderna com base no balanço. A premissa mais geral para a existência do capitalismo é contabilidade racional do capital, como norma para todas as grandes empresas lucrativas que se ocupam das necessidades cotidianas”*⁷

A globalização - ao contrário do que advogam as teses neoliberais, principalmente quando se tem em vista as análises que não são influenciadas pela tradição marxista - não caracteriza um processo terminal onde os jogos estão feitos, favorecendo, inexoravelmente, a uns, e desfavorecendo a outros. É um processo que contém dentro de si múltiplos e matizados aspectos e que assim, como tudo que é real, é também profundamente contraditório. Logo, é

⁵MARX: 1988, pp.69-70 *apud* IANNI:1996,p.268.

⁶O conceito de racionalidade conforme proposto por Weber é central na sua obra e denso de significados no que diz respeito à própria constituição (e futuro!) das modernas sociedades industriais. Uma apresentação sintética e didática pode ser encontrada em Freund (1970, pp. 19-24).

⁷WEBER: 1956, pp.236-237 *apud* IANNI: *op. cit.*,p.265.

mutável e nele se pode intervir quando se tem a capacidade de apreender sua "lógica" interna mais determinante, profunda e essencial.

Mais importante ainda: refere-se, também, a um processo que não prescinde do Estado como aparato agenciador e disciplinador dos interesses predominantes em uma dada sociedade. Nem está o aparato estatal "indiferente" ao destino externo dos países, sejam eles mais ou menos poderosos. Na esfera das organizações internacionais, o Estado é um ator sempre presente, seja no plano das atividades económicas (FMI, BID, BIRD, etc.), políticas (ONU, OEA), sociais (UNICEF, CLAPS) ou culturais (UNICEF)⁸. Interage também com outros, como as multinacionais, ou com associações não-governamentais (como a Anistia Internacional). Naquele primeiro caso, as multinacionais não ficam a reboque dos negócios; ao contrário, retêm sua capacidade disciplinadora, tanto no que diz respeito à recepção, como ao destino da ação econômica. No plano interno, como no externo, a participação do Estado, na trama vivida da sociedade humana, vincula-se – nos dias que correm, como nos tempos pretéritos - à gama de interesses objetivos que derivam das estruturas sociais objetivamente determinadas. Os movimentos da estrutura estatal originam-se e se coadunam com os interesses fortes que predominam em uma dada sociedade. Se assim é, se o próprio Estado não resulta de um jogo de cabras cegas, então, *a fortiori*, não se poderia supor que a ordem internacional - que se articula exatamente pela ação dos estados - estaria imune às conveniências dos que detêm, em seus países, o controle da riqueza.

Em uma visada contrária a essa perspectiva, supunha-se, no final dos anos 80 do século XX, que a globalização referia-se ao processo pelo qual a população mundial ia se tornando - por assim dizer -uma única sociedade (Aibrow: p.340). Tal sociedade teria surgido não como um projeto de um Estado-nação, mas como resultado não-direcionado da interação social em escala global (*idem, ibidem*). Aceita tal postulação, estar-se-ia, então, assistindo ao "espontaneísmo das estruturas", uma expressão inconsistente em si mesma⁹.

⁸Dreifuss (*op. cit.*) distingue três conceitos no que diz respeito aos processos de integração internacional na época contemporânea. O conceito de *globalização* refere-se à esfera econômica desses processos; o de *mundialização* à homogeneização social no contexto da sociedade *on Une*; o de *planefarização* ao conjunto de pautas e procedimentos politicamente internacionalizados.

⁹Proponho aqui a seguinte imagem. Diga-se que um determinado corredor, observando os demais, analisa suas potencialidades face às dos outros, empenha-se nos treinamentos e toma todo o tipo de cuidados para vencer a corrida. Corre, e dá simplesmente o máximo de si, utilizando-se de tudo ao seu alcance para chegar com êxito à sua meta. Vence, conquista a vitória, e dele, depois, se diz: "o resultado foi não-direcionado". O "resultado" do Império norte-americano no contexto do século XX, e do início do atual, foi "não-direcionado"?

2. O neoliberalismo

a) O liberalismo clássico

As teses neoliberais são, no fundamental, teses do liberalismo clássico. Elas têm sua especificidade e atualidade e refletem, portanto, as novas condições organizadoras do capital nos tempos contemporâneos. Mas mantêm, no que diz respeito aos princípios básicos que as sustentam, entrelaçados elos com o passado. Procurar-se-á, assim, dar mais ênfase às fontes conceituais do liberalismo clássico, na medida em que se supõe que o que se chama neoliberalismo é uma retomada de princípios que vêm de longe. Desse modo, quando se atenta para as faces econômica e política do conceito, cabe indagar: que princípios foram esses?

Mantendo-se a preocupação de brevidade, pode-se nomeá-los sem se prender a uma ordem de importância hierárquica preestabelecida. Pode-se, reportar-se, logo de início, do ponto de vista político, a dois pontos: a) a indissociabilidade entre *liberdade e propriedade* como essência mesmo do próprio liberalismo e (b) a noção de *contrato*.

Na concepção feudal, Estado e sociedade civil são realidades inseparáveis e indissolúvelmente entrelaçadas (os títulos nobiliárquicos e as propriedades, por exemplo, são transmitidos de geração para geração). Não há aí, portanto, espaço para relações contratuais entre entidades que se queiram iguais e livres; ao contrário, as entidades são concebidas como desiguais e as regras de relacionamento se impõem de cima para baixo, do senhor soberano para o vassalo obediente. As relações de liberdade só passam a ser consideradas como fontes de legitimidade da vida social no próprio processo de edificação das estruturas capitalistas modernas. Tal processo levou, na verdade, à constituição de duas vias distintas em relação à construção do aparelho estatal: *a concepção absolutista e a concepção liberal*.

A concepção absolutista - que guarda, explicitamente ou não, propositalmente ou não, diretamente ou não, racionalidade *hobbesiana* - postula que é a sociedade civil que dá origem ao Estado, a ele devendo se subordinar. Por que deve haver essa sujeição? Porque a sociedade civil, vivendo em desordem, tumulto, caos, a insegurança a todos ameaçando, faz com que os indivíduos procurem a "*paz do Estado*". Este, por sua vez, se "*individualiza*" na pessoa do próprio Rei, encarnação do poder supremo que paira acima de todos e sobre todos.

Permite aos homens, na medida em que assim acontece, conviverem, senão em estado de harmonia, pelo menos em situação de sociabilidade. Origina-se o pacto entre Estado e sociedade da necessidade de se manter a segurança e, por isso mesmo, trata-se de um contrato que não pode ser desfeito, sob pena de a guerra novamente imperar sobre a paz. Em termos históricos, a via autoritária, nessa vertente, materializou-se modelarmente na síntese de Luís XIV: *L'État c'est moi*.

Na concepção liberal, o Estado se origina também da sociedade civil, porém de modo completamente distinto: a sociedade civil, anterior igualmente ao surgimento do Estado, caracteriza-se pela "paz dos homens". Eles, através de seu trabalho, adquirem propriedades e, como se trata de um bem pessoal transferível somente pela livre-vontade, aceitam e contratam um governo, tendo em vista o primordial direito de garantirem suas propriedades. O Estado retira os princípios de sua legitimidade da sociedade civil que o antecede. Desse modo, o contrato entre eles - sociedade civil e Estado - pode ser feito e desfeito, tal como pode acontecer com qualquer acerto entre partes que "negociam" seus mútuos interesses. Nesse caso, o desacerto entre os contratantes decorre do desrespeito do Estado às liberdades intrínsecas dos indivíduos, na medida em que as liberdades são anteriores à criação do próprio Estado. Mas é preciso questionar: quais são, então, essas liberdades? Basicamente são três:

a) *liberdade de exercer a propriedade*, sem o que não se pode reconhecer nem valorizar o resultado do trabalho de cada um, constituindo-se o indivíduo na categoria basilar do edifício político;

b) *liberdade de expressão política* (a liberdade de opinião, de assembleia, de manifestação, etc.), até como decorrência do direito à liberdade de possuir;

c) *liberdade de iniciativa econômica*, fonte individual e social do progresso material.

Antes de se passar a considerar, mais atenta e retrospectivamente, esta última liberdade, é preciso chamar a atenção para o contexto histórico-social em que são pensadas e propostas tais categorias. De fato, o desenvolvimento acelerado do capitalismo realizou-se sob a égide de uma poderosa força motriz, que, desde os seus primórdios, coincidiu com a

emergência da burguesia como classe social. Ademais, fincados os pilares da nova ordem, ela jamais deixou de liderar o processo de expansão capitalista. Quando se atenta para o que é principal, e se tem em vista o económico, a primeira liberdade subordina as duas últimas. Reside na privatização da propriedade, considerada como *direito natural e inalienável do indivíduo*, o pilar fundamental a partir do qual se erige a edificação capitalista.

Adam Smith (1723-1790), considerado o fundador da moderna ciência da economia, estabeleceu, de forma matricial, as bases de uma teoria alicerçada nos princípios liberais. Na base do pensamento económico de Adam Smith enraíza-se uma concepção da sociedade onde o indivíduo (suas motivações, seus objetivos, seus direitos) e a propriedade (como dado que decorre da própria natureza da vida social) constituem-se na categoria privilegiada de análise. No clima de opiniões que caracterizavam a sua época, ele foi decididamente motivado pelas teorias políticas e económicas mais influentes de seu tempo. Os fisiocratas, por exemplo, pregavam a ideia segundo a qual, sendo cada um livre para satisfazer suas riquezas, o bem de cada um redundaria no bem de toda a coletividade. Tal liberdade, assim, supunha e exigia a existência da segurança da propriedade e a liberdade de fazer empresas. Da capacidade de cada indivíduo agir na busca de seu próprio bem, resultaria o bem maior de todos. Residiria aí a chave para a vitória contra a pobreza. Nesse contexto de ideias, o Estado deve abster-se de intervir nas relações económicas, restringindo sua atuação à livre circulação de mercadorias, à defesa dos bens e da "ordem natural das coisas". As discordâncias de Adam Smith assentavam-se, e profundamente, no "reino" onde residiria a riqueza das nações: se para os economistas franceses ele se situava na produção agrícola de base fundiária, para o teórico escocês ele se localizava no plano das atividades manufatureiras. Suas análises decorriam de uma meticulosa observação empírica dos mecanismos relativos à divisão do trabalho e à troca mercantil: a riqueza das nações surgia da massa de bens por ela produzidos que podem ser trocados. Mas, se todo o bem pode ser trocado, ele é uma mercadoria. Logo era necessário aferir-se seu *valor*.

“Um bem que pode ser trocado é uma mercadoria. Desse modo, para dar uma avaliação mais precisa, é preciso medir o que forma o valor de uma mercadoria. Decerto, pode-se responder que esse valor provém de sua utilidade, de seu uso. Mas a experiência comercial e industrial mostra que se trata, nesse caso, de um fator contingente, o que é relacionado na troca entre mercadorias é o investimento e o trabalho que foram necessários à produção dessa mercadoria. O capital, criado

*inicialmente pela poupança, e aumentado por meio dos lucros comerciais, assim como o trabalho posto em operação num país, constituem as causas da opulência desse país, opulência que se refere a todas as coisas da sociedade: um e outro acrescentam valor à natureza e são os fermentos do que logo após irá ser chamado de 'civilização'*¹⁰

Concebido nesses termos, trata-se de um sistema que é auto-regulável, quando e se a lei do valor não é transgredida. O capitalista sabe buscar o melhor para si, enquanto os trabalhadores prosperam na medida em que buscam livremente a melhor remuneração para o seu desempenho. O bem coletivo resulta, assim, do bem individual perseguido por cada um. Nessas circunstâncias, o melhor Estado é o que não interfere na ordem econômica. Sua missão é velar pela segurança da propriedade e pela livre ação do capital, ao mesmo tempo em que garante liberdade plena às relações de trabalho. É o chamado Estado mínimo ou minimalista: o progresso das nações advém de sua *liberdade*, do *liberalismo* de sua organização econômica, social e política. E da ideologia que daí resulta, também.

b) O neoliberalismo

Em suas linhas mais gerais e determinantes, de uma ou de outra maneira, a "ideia" do liberalismo esteve presente em todo o processo de desenvolvimento capitalista. O que hoje se chama de *neoliberalismo* ganha forças e formas no decorrer do final dos anos 70 do século passado, para ganhar maior exposição ainda no decênio seguinte. Na sua mais recente roupagem, surge com o chamado *Consenso de Washington*, que resultou de uma sequência de reuniões, encontros e seminários ocorridos na capital norte-americana. Essas jornadas foram relatadas em uma série de documentos que, contando com decidido apoio, tanto do FMI como do Banco Mundial, foi publicada em 1990¹¹. Esses documentos contêm duas partes bastante distintas, uma de caráter técnico (que não interessa diretamente a este trabalho) e outra de caráter doutrinário, esta sim pertinente às considerações aqui propostas. Tal caráter doutrinário revela-se, de modo mais ou menos explícito, a partir de *dois conjuntos* de

¹⁰ CHÂTELET, op cit, 1997. p.69.

¹¹São muitos os documentos na série em questão. No que aqui interessa consulte-se Banco Mundial, 1991 e 1993.

proposições "*escondidas*" que permeiam os textos em questão. Com espírito de síntese, esses conjuntos, no que diz respeito ao essencial, pode ser sumariado da forma que se segue.

Primeira: sendo a economia uma ciência objetiva, o que serve para um país que já se desenvolveu, em termos de receituário econômico, também serve para os que aspiram ao desenvolvimento. No limite, não existem sociedades subdesenvolvidas; existem sociedades mal administradas. Padecem de ignorância e incompetência os dirigentes dessas sociedades quando se negam a seguir os preceitos que levaram ao sucesso os denominados "sistemas maduros". Esses preceitos referem-se, principalmente, à prática do livre mercado, como exclusivo regulador da economia, assim como ao papel que, sem amarras ou restrições, as importações e o capital estrangeiro devem exercer nas atividades econômicas.

Segunda: o processo dinâmico das sociedades subdesenvolvidas, de alguma forma, reproduz o processo ocorrido nas sociedades desenvolvidas. Tal proposição, é claro, reflui em grande parte da primeira.

Dela se diferencia, entretanto, na medida em que aqui se postulam homologias entre sequências *históricas* que se quer semelhantes, enquanto a primeira se refere, mais precisamente, às *políticas públicas* que se pretendem reproduzíveis em países que não atingiram a maturidade.

É claro que não se pode deixar de aceitar o princípio da objetividade nas ciências sociais; entretanto isso não significa que se pode postular sua neutralidade. Se os cânones da ciência são universais, são variados e mutantes seus objetos de estudo e investigação. A escolha do objeto a ser estudado, o ponto de vista a partir do qual ele é formulado, o tipo de tratamento metodológico e teórico que a ele é conferido, etc. não servem para ocultar o nódulo ideológico da argumentação científica, mormente no campo das ciências humanas (mas não apenas). Por outro lado também, não se pretende que esses dois conjuntos, é claro, esgotem a plenitude da *racionalis* neoliberal. Possibilitam, tão-somente, a apreensão do que se supõe ser o seu cerne doutrinário. No entanto, na medida em que eles parecem constituir-se no cerne da persuasão neoliberal, permitem flagrar, em seu interior, sua dimensão eminentemente ideológica.

Uma abreviada leitura ideológica dos dois conjuntos de proposições acima listados já permite algumas indicações. De início, é preciso observar que esses conjuntos precisam ser localizados no contexto de dois dos acontecimentos históricos mais importantes do final do século XX que, aliás, coincidem com a força do (re) nascimento das postulações neoliberais. O primeiro foi a queda do muro de Berlim, em 1989; o segundo foi a desintegração da União Soviética, em 1991. O efeito combinado desses dois eventos foi entendido pelos adeptos do capitalismo como a prova final da derrocada das economias administradas pelo Estado. Entendiam que o malogro do dirigismo e do administrativismo do Estado, responsável único pelo desempenho das empresas públicas, condenava ao fracasso projetos de desenvolvimento inspirados no poder planejador e interventor do poder central. Desse ponto de vista, a contrapartida era a categórica reafirmação das teses do liberalismo clássico, encorpadas por outros e posteriores acréscimos teóricos. O liberalismo revisto e revisitado foi proposto como um "novo liberalismo", isto é, como um "neoliberalismo", decretando-se a morte de outras alternativas teóricas, lastreada em outros princípios.

As inconsistências afloram. Por um lado, se liberalismo houve nos países subdesenvolvidos, ele não foi capaz de desatar os nós que os prendiam (e prendem!) ao atraso econômico e à injustiça social. O que ocorre e se manifesta em uma dada situação historicamente determinada (seja tal situação um país, uma região, etc.), não se reproduz como *cópia* em outras circunstâncias. O que conduziu ao desenvolvimento nas nações centrais, não necessariamente tem os mesmos condicionantes e efeitos nas regiões periféricas. Por outro lado, foi justamente quando esses países experimentaram a disciplina planificadora do Estado, que eles mais demonstraram índices satisfatórios de desenvolvimento. Mesmo nos países centrais, e desde os seus estágios iniciais, jamais a prosperidade foi guiada pela "*mão invisível*" como supunha Adam Smith. Neles, por um lado, as "*políticas públicas*" sob a égide disciplinadora do Estado foram sempre (e são até hoje) presentes. Por outro lado, a ação oligopólica das grandes empresas nunca deixou de ser *decisivo* compartimento do seu próprio processo de desenvolvimento capitalista. Relacionar atraso econômico com ineficiência da ação estatal manifesta equívoco que, na prática, justifica os interesses dos países prósperos, antes do que os dos atrasados. Nessa perspectiva, então, mal dá para esconder os objetivos ideológicos em jogo; reside, aí, na verdade, seu "núcleo duro". O caso do Brasil é, nesse sentido, exemplar. A "*teoria*" neoliberal descarta talvez o único ator político que pode, com

possibilidade de êxito, enfrentar os grandes interesses internacionais que se projetam nas áreas economicamente atrasadas. Isto é, o Estado ele mesmo.

Estratégia

As ideias, dizia o jovem Marx, não brotam da terra como cogumelos. Não é, assim, por mera coincidência que o primeiro estudo estratégico contemporâneo tenha sido proposto exatamente no bojo do processo que medeia a passagem da Primeira Revolução Industrial, que ocorre entre 1750 e 1850, para a Segunda, que começa a se configurar a partir do final desse período¹². De fato, a ideia mais geral que transpassa o clássico livro de Clausewitz (1780-1831) é a da sintonização da guerra com as exigências dos novos tempos. Concebe a guerra como uma máquina que, sendo tripulada por seres humanos, tem corpo e alma, precisando ser assim entendida na sua dupla dimensão, material e psíquica. A guerra é, então, uma atividade cujas propriedades mais gerais e determinantes derivam da *sua própria existência social*. É um conflito que só difere dos outros tipos de conflito pelo fato de que exige o derramamento de sangue para a sua solução. Clausewitz compara a guerra a uma espécie de comércio ou negócios em grande escala. Localiza seu lócus no interior da política do Estado, onde ela jaz encoberta, numa situação rudimentar, tal como as qualidades das criaturas vivas nos seus germes (Clausewitz: 2003, p.127).

O ator principal do ato bélico - as forças armadas - é pensado como uma *organização* que precisa ser compatível com o fim a ser obtido: derrotar o adversário e submetê-lo à vontade do vencedor. Eficácia, competência e a maximização da relação entre lideranças e subordinados são atributos pensados, tendo em vista uma combinação ótima entre fins e meios, entre *objetivos estratégicos* e as necessárias *intermediações táticas*. Suas concepções são de certo modo adiantadas em relação ao seu tempo, mas também contemporâneas à época de sua formulação. Não é à toa, desse modo, que seu livro tenha feito muito mais sucesso no

¹²A Primeira Revolução Industrial deu respostas às prementes necessidades do capitalismo naquela etapa. Notáveis invenções tecnológicas modificaram o perfil econômico do parque produtivo. Nutriu-se, no fundamental, das inovações na área da mecânica aplicada à indústria (notadamente a têxtil), de novas formas de energia resultantes das máquinas a vapor, assim como dos notáveis aperfeiçoamentos no sistema de transportes (o trem) e comunicação (telégrafo). A Segunda Revolução Industrial, que dá um salto à frente no processo produtivo, assentou-se também em prodigiosas descobertas, como o aço (1856), o dínamo (cujo princípio havia sido descoberto por Michael Faraday e que começou somente a obter resultados práticos a partir de 1873) e a invenção do motor de combustão interna, em 1876, pelo alemão Nicolau Otto, dando início a uma série de progressos (como a adaptação do motor a gás por gasolina por Gottlieb Daimier e o uso da faísca elétrica por Kari Benz para inflamar o motor). A partir daí, os produtos do petróleo surgiram como a principal fonte de energia, tendo sido o primeiro poço perfurado com sucesso, na Pensilvânia, em 1859.

século passado do que no século XIX, e que um dos seus escritos tenha sido publicado apenas em 1937¹³.

Contemporaneamente as *Doutrinas Estratégicas* são consideradas como estudos dedicados ao papel do poder militar na política internacional, tendo em vista a consecução dos objetivos do Estado. Tal conceituação, meramente descritiva, impõe alguns desdobramentos, suscitando *questões particulares* relativas às forças armadas (tipos, equipamentos, operações, etc.) e *questões gerais* (eficiência do poder militar face aos meios económicos e diplomáticos, por exemplo). Ambas as direções convergem para o principal: o emprego dos meios militares para alcançar fins da política no plano externo. As doutrinas estratégicas, portanto, analisam a defesa de um país através não só do conceito crítico de *dissuasão*, mas também considera o reforço de alianças, o envolvimento em negociações, assim como a própria condução da guerra na eventualidade de sua instalação. Os estudos estratégicos, no contexto altamente polarizado do pós-guerra, rapidamente ganharam espaço nos meios académicos, principalmente e primeiramente nos Estados Unidos e Grã-Bretanha. Ganharam especial relevo o problema da dissuasão e o controle da escalada nuclear, o aporte metodológico ficando vinculado à *teoria dos jogos*. Tornando-se mais complexo o cenário internacional a partir dos anos 80 do século passado, passou-se a dar mais atenção na análise mais propriamente política. Isso significou um retorno a Clausewitz, em muitos sentidos.

Nos últimos tempos tem se procurado tratar as questões estratégicas de um ponto de vista *multidisciplinar* (os estudos estratégicos não podem ser desenvolvidos sem a visada científica e tecnológica, além da económica, política, histórica, etc.) e *aplicado* (os estudos estratégicos pretendem dar apoio à condução das políticas do Estado). Tendo-se em mente o tipo de argumentação que se pretende propor neste trabalho, pode-se, a partir dessa rápida inspeção relativa ao conceito de estratégia, dizer que:

a) os estudos estratégicos desde suas origens, no século XIX, estiveram ligados à análise da guerra e de seu principal meio, as forças armadas. Surgiram, como não poderia talvez deixar de ser, no centro europeu e em particular em um país, a Alemanha, como também talvez não poderia deixar de ter sido, devido à sua posição geopolítica.

¹³*Da Guerra* foi terminado e publicado pela sua mulher, Marie Von Clausewitz, um ano depois de sua morte, em 1832. Os 150 exemplares demoraram mais de 30 anos para esgotarem.

b) seu principal teórico, Claus Von Clausewitz, possivelmente o mais brilhante e profundo teórico sobre o tema, procurou focar o fenômeno a partir do ponto de vista político, procurando compreendê-lo, no geral, como uma atividade social dos homens.

c) esses estudos ficaram relativamente restritos a alguns poucos círculos nesses centros, só experimentando um grande desenvolvimento a partir do final da Segunda Guerra Mundial.

d) tal desenvolvimento se deu particularmente nos Estados Unidos;

e) sua irradiação para outros centros de estudos estratégicos se fez, portanto, a partir das matrizes centrais. Em países como o Brasil isso implicou em desenvolver os estudos estratégicos a partir de uma *lógica subsidiária ou complementar à ação da potência norte-americana*.

f) o caráter subsidiário/complementar de tal lógica foi reforçado pelas condições emergentes após a Segunda Guerra Mundial, no contexto da Guerra Fria e da bipolaridade.

g) com o final da Guerra Fria, a partir do final anos 80 e início dos anos 90 do século XX, os estudos estratégicos, em regiões periféricas como o Brasil, continuaram a se desenvolver sob a ótica da hegemonia norte-americana em tempos de globalização e neoliberalismo.

h) a mudança de tal lógica e de tal ótica dependerá das possibilidades de reação dessas regiões dentro de um quadro social e economicamente marcado por 20 anos de recessão, por um lado, e, por outro, pelos excessos imperiais da superpotência como protagonista internacional.

Conclusão

Propor-se que o processo de globalização é o resultado não-direcionado da interação social em escala mundial, ou que deriva do próprio processo de desenvolvimento da

economia mundial, camufla evidentes interesses político-ideológicos. Trata-se de um processo que, no substancial, foi direcionado pelas grandes potências até o final da Segunda Grande Guerra e, a partir daí, pelos Estados Unidos, notadamente nas regiões expostas à sua área de ação econômica. Com a desintegração da União Soviética, a política econômica dessa superpotência tem sido a história do alargamento do processo global sob a égide de uma ideologia neoliberal. Tal ideologia, no substancial, pretende racionalizar, dando respaldo intelectual, a ação dos Estados Unidos e de seus principais aliados, na Europa (CEE, notadamente a Grã-Bretanha) e na Ásia (notadamente o Japão). A hegemonia imperial visa naturalizar o capitalismo na forma em que ela o pratica, bloqueando a consideração de outras formas de organização econômica, inclusive de natureza capitalista. A superpotência vale-se de um Estado forte, indutor à subordinação das estratégias dos seus aliados principais e periféricos que, em última análise, cedem aos imperativos da superpotência. Isso acontece, seja porque seus aliados mais fortes se livram de vastos gastos militares, podendo empregar ganhos de capital no seu próprio desenvolvimento (o caso da CEE e do Japão), seja porque os aliados periféricos se conformam com o seu papel de mero coadjuvante. *O fenômeno da globalização surge então como processo econômico, o neoliberalismo como uma ideologia que lhe dá direção e sentido, e a estratégia como instrumento de resistência e combate de que os estados dispõem para maximizar seus ganhos e minimizar suas perdas no contexto internacional.*

Verifica-se hoje no quadro internacional a subordinação estratégica ao aparato político-militar da potência unipolar. E, como só se tem um centro econômico-político-militar em situação hegemônica, segue-se que só se poderia ter apenas um país capaz de formular uma *Alta Estratégia*: os Estados Unidos. Todos os outros países, contidos na sua esfera de poder, seja na forma de aliados principais, seja na forma de atores secundários ou coadjuvantes, conformam-se com a formulação e implementação de estratégias que, no essencial, são meramente reflexas à da potência hegemônica. .

Será exatamente a busca de estratégia(s) alternativa(s), capaz (es) de escapar (em) dessa situação unipolar, que abrirá (ao) um novo horizonte de reflexões no campo das relações internacionais nos próximos dez ou vinte anos. Nesse futuro, quatro daqueles "países monstros" referidos logo no início - a Rússia, a China, a Índia e o Brasil - serão interlocutores centrais na abertura de novos leques de alianças, assim como na formulação e implementação de originais combinações de interesses na arena internacional.

Os jogos não estão feitos. Aliás, no processo sempre inacabado da história, eles nunca estão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBROW, Martin L. "Globalização". *In: OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Editora UNESP, 1996.

CHÂTELET, François. *História das ideias políticas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

DREIFUSS, René. *A época das perplexidades*. Petrópolis, Vozes, 1997.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

DOS SANTOS, Theotonio (coord.). *Os impasses da globalização*. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora PUC-Rio/Edições Loyola, 2003.